

## UMA NOVA IDADE MÉDIA SAELIANA A PARTIR DAS INSCRIÇÕES ÁRABES DA REPÚBLICA DO MALI\*

Paulo Fernando de Moraes Farias, *Arabic Medieval Inscriptions from the Republic of Mali. Epigraphy, Chronicles and Songhay-Tuareg history*, “Fontes Historiae Africanae, New Series, Sources of African History 4”, Oxford, Oxford University Press, 2003, 614 pp., 69 pp. de imagens, 14 mapas.

Esta obra é um acontecimento. Em primeiro lugar, porque contém um corpus de 250 inscrições, quase todas em língua árabe e, na maioria, inéditas, provenientes da área abrangendo o arco oriental da Curva do Níger e o Adrar dos Ifoghas, no Mali. Trata-se de inscrições que figuram em túmulos reais, epitáfios de pessoas comuns e também grafitos rupestres em árabe ou, em alguns casos, em *tifinagh*, a escrita tuaregue. A inscrição mais antiga, nos penhascos próximos de Es-Souk, antiga cidade do Adrar dos Ifoghas, conhecida na Idade Média como Tâdmakka, data de 404 AH (1013-1014 AD). De acordo com a informação disponível no momento, ela representa o documento datado mais antigo de toda a zona do Sael e mesmo da África Oci-

dental. A mais recente, em Bentya, na parte sudeste da Curva do Níger, data de 894 AH (1489 AD). Este conjunto é único: as inscrições tumulares, que ocupam uma parte importante deste trabalho, estão ausentes de outras regiões da África Ocidental, embora também estas tenham estado em contato com a África do norte muçulmana.

Faz muito tempo que o corpus escrito da história do Sudão ocidental medieval (o Mali atual) estava encerrado. Somente algumas reedições e releituras críticas nos permitiam visitar esse domínio do conhecimento. Compunha-se ele, por um lado, de narrativas árabes representando um acervo bem delimitado, articulado em torno de alguns grandes nomes: al-Bakrî (século XI), al-Idrîsî (século XII), Ibn Battûta, Al-‘Umarî e Ibn Khaldhûn (século XIV) e diversos autores menores, mas úteis. Por outro lado, constituía-se de fontes árabes internas, sem equiva-

---

\* Esta resenha foi originalmente publicada em *Annales. Histoire, Sciences sociales*, vol. 59, n° 5-6, (2004), pp. 1206-1210. Tradução do francês de Luis Nicolau Parés.

lentes no resto da África Ocidental, principalmente duas crônicas redigidas por eruditos de Tombuctu: o *Ta'rikh al-Sûdân*, de al-Sa'dî (escrito por volta de 1655),<sup>1</sup> e o *Ta'rikh al-Fattash*, de Ibn al-Mukhtâr e seu neto (escrito por volta de 1655).<sup>2</sup> Estas crônicas foram traduzidas no início do século XX pelo arabista Octave Houdas, assistido pelo seu genro, o administrador e estudioso colonial Maurice Delafosse, que se encarregou das anotações. Recentemente, o *Ta'rikh al-Sûdân* foi objeto de uma tradução inteiramente revisada e comentada por John Hunwick, publicação que renova profundamente a compreensão e o uso do texto.<sup>3</sup>

Embora comprometido por anotações desatualizadas, o estudo destes dois *Ta'rikh* alimentou o trabalho dos historiadores durante muitas gerações. Foi a partir destas fontes que uma descrição histórica convencional se for-

mou desde o século XIX. Uma cadeia de autores construiu um quadro de referência que se impôs rapidamente a todos. Heinrich Barth, explorador e fundador da história africano-ocidental moderna, descobrira, em 1853, uma versão incompleta do *Ta'rikh al-Sûdân*, e experimentara um verdadeiro deslumbramento com a leitura de relatos efetivamente “históricos”, com nomes de reis, datas e duração de reinos. O seu *Travels and discoveries* (1857-1858) estabeleceu os alicerces da história do que se convencionou chamar de “Império Songhay”, esse império negro-africano da Curva do Níger: três dinastias — *Zâ*, *Sonni* e *Askya* —, escalonadas das origens à conquista marroquina, em 1591; um fundador do império, Sonni Ali (1464-1492), dotado de um legendário “de crueldade”; um golpe de Estado do *Askya* Muhammad, em 1493, para derrubar a dinastia Sonni; o peso crescente do patriciado urbano, comerciantes e letrados de Tombuctu e Djenné, no oeste da Curva do Níger, em relação aos poderes “tradicionais” das cidades de Gao e Kukya, no leste, com reputação de serem mais animistas. Em 1912, Delafosse publicou sua obra *Haut-Sénégal-Niger*, que se transformou na história oficial de toda a região e que adotou como suas as leituras do passado, propostas pelo *Ta'rikh al-Sûdân* e por Barth. A história se cristalizou. Já não lhe faltava mais nada, nem enredo, nem

<sup>1</sup> O texto árabe e sua tradução francesa foram publicados em Paris, em 1898-1900, e reimpressos em 1964 (Paris, Adrien Maisonneuve).

<sup>2</sup> O texto árabe e sua tradução francesa foram publicados em Paris, em 1913-1914, e reimpressos em 1964 (Paris, Adrien Maisonneuve).

<sup>3</sup> John Hunwick, *Timbuktu and the Songhai Empire. Al-Sa'dî's 'Ta'rikh al-Sûdân' down to 1613, and Other Contemporary Documents*, Leyde, E. J. Brill, 1999. Traduzido para o inglês, à exceção dos capítulos 28 e 29, considerados como fora do tema, mas com outros quatro documentos contemporâneos, entre os quais um extrato de Leão o Africano; o texto árabe não está aí reproduzido.

datas, nem heróis. Por muito tempo os dois *Ta'rikh* ficaram sendo a referência única e obrigatória.

A obra de Paulo Fernando de Moraes Farias vem subverter essa dupla muralha, ampliando bruscamente o corpus de fontes escritas e questionando a vulgata histórica. Há, por trás desta pesquisa, um trabalho de trinta anos, levado a cabo pelo autor nos sítios africanos e europeus relevantes: uma colação minuciosa que adquire sua plena dimensão nesta formidável edição crítica. Mas há ainda mais do que isto. O aporte de um novo corpus permite ao autor destravar o torniquete de uma história fechada. As inscrições falam de reis que não figuram nas listas dinásticas das crônicas. Mostram que Kukya, a antiga cidade songhay, longe de ser um reduto de magos tradicionais, era uma encruzilhada de comerciantes muçulmanos desde o século XIII. Indicam uma grande proximidade entre os tuaregues do Adrar e as populações negro-africanas, com efeitos de “crioulização” [interpenetração cultural] no leste da Curva do Níger, cadinho do que viria a ser o mundo do Songhay.

Isto dá ao autor a oportunidade de fazer uma revisão das crônicas de Tombuctu desde a base. Em um belo capítulo, ele mostra como estas fontes, longe de serem simples compilação de fatos, respondiam a necessidades políticas. Tudo o que parecia

“sólido” (reis, dinastias, datas) se torna muito menos seguro, especialmente para os períodos mais antigos. Nestas crônicas, está em jogo uma vontade de reinvenção do passado, num contexto local onde as guarnições marroquinas se estavam enraizando na sociedade saeliana e onde os letrados tentavam firmar um novo pacto social, unindo, numa mesma sociedade, os marroquinos “encalhados” no Sudão, as dinastias derrotadas e o patriciado urbano. A “glória do Songhay” exigia que fosse inscrita na sucessão dos séculos numa história local inteiramente construída em torno de seus reis e da providencial tomada do poder pelo *Askya* Muhammad, apoiado pelas elites urbanas islamizadas. Paulo Fernando de Moraes Farias mostra o peso dos mitos na elaboração dessa história “realista” e relaciona, de forma convincente, o ciclo tuaregue de Aligurran, herói ameaçado pelo sobrinho uterino que acaba por derrotá-lo, com a história da dinastia Sonni, derrubada pelo *Askya* Muhammad. A partir desta revisão, fontes escritas, tradições orais tuaregues e songhay e mitos se entrecruzam para formar uma nova textura. Ali onde críamos ter uma história concreta, temos um passado reinventado no século XVII, feito sem dúvida de pedaços originários de fontes múltiplas, mas redesenhado de acordo com as necessidades da situação. Ali onde Barth

acreditava ter descoberto uma história africana definitiva, havia, de fato, uma memória constituída por mestres da elaboração de textos no século XVII. Ao deixarem de ser repertórios de eventos para se transformarem em obras de criação, as crônicas ganham em densidade literária e cultural o que perdem em solidez factual. Foi para salvaguardar a história convencional que as inscrições, embora sua existência tivesse sido descoberta desde o início do século XX, foram marginalizadas durante longo tempo. Delafosse as considerava sem interesse. O exemplo mais espetacular desta ocultação é a aventura de De Gironcourt, engenheiro agrônomo que chegou à região no início do século XX e se apaixonou pelas inscrições árabes que ali encontrou. Com as técnicas disponíveis naquela época, produziu uma série de estampas de inscrições nos diversos sítios arqueológicos e epigráficos existentes. Este material, depositado na Biblioteca do Instituto de França, foi logo praticamente esquecido. Não apareceu ninguém disposto a trabalhar sobre essas inscrições, desde então já desaparecidas de seus sítios originais, até que Paulo Fernando de Moraes Farias o fizesse, constituindo delas um quarto do seu corpus documental.

Esses textos fornecem nomes, funções, termos de parentesco, genealogias, datações e, em alguns casos,

idades no momento do falecimento, indícios que apaixonam o historiador de hoje, mas que eram desdenhados pelos de ontem. Surgem palavras de línguas africanas que delas são a mais antiga evidência. Um grande número de mulheres aparece nesse corpus epigráfico. *Malika(s)* (rainhas) são identificadas; outras figuras femininas e parentescos ao mesmo tempo matri e patrilineares, e às vezes apenas matrilineares, estão ali registrados. Tradições berberes e songhay vêm aqui nuançar o modelo islâmico. A epigrafia não conta uma outra história, mas uma outra memória, mais antiga, de pessoas e de grupos que fizeram do uso público da língua árabe um signo de identidade religiosa, de ostentação, de extroversão e de inovação. Esse entusiasmo pela “literariedade islâmica” chega até a exibição espetacular do calendário muçulmano, sendo que a inscrição mais antiga, de Es-Souk, se contenta em proclamar: “Este é o ano de 404” (1013-1014 AD), e que outra, vizinha, anuncia: “o início do ano 557 AH” (21 de dezembro de 1161 AD). Há aí a paixão dos neófitos do Islã e da escrita, pioneiros de uma nova visão do mundo e do tempo.

Em Saney, perto de Gao, aparecem, em estelas funerárias descobertas por acaso no início da Segunda Guerra mundial, personagens da realeza. A presença de reis e a de duas estelas em estilo cúfico andaluz, importadas

de Almeria no século XI, começaram a interessar vários especialistas. Ainda era um interesse “positivista” por reis datados e estelas comparáveis ao mundo árabe central, em detrimento de vestígios mais modestos e de defuntos mais ordinários. Mas estas fontes eram periféricas demais para atrair os epigrafistas de forma perdurável (com algumas notáveis exceções citadas pelo autor) e eram árabes demais para serem exploradas pelos etnólogos. Supremo paradoxo, estas inscrições eram ilegíveis para os habitantes locais e tinham perdido todo o valor memorialista para seus descendentes. Esquecidas pelas pessoas da região, varridas para debaixo do tapete tão logo descobertas, inúteis aos “profissionais da África”, elas foram praticamente deixadas de lado.

Identificando o uso do calendário como um dos signos mais significativos desse primeiro período do Islã ao sul do Saara, como se tal calendário fosse um ato inaugural fundamental, Paulo Fernando de Moraes Farias esboça uma possível periodização do discurso e da implantação do Islã na região. Quando essa ostentação do calendário é menos clara, o autor crê poder distinguir um tempo de influência sufi. Numa estela sem data no Adrar, encontra um Muhammad, cujo pai tem o mesmo nome que Abu Hâmid al-Ghazâlî, um dos mestres do pensamento sufi do fim do século XI

e do início do XII de nossa era. Em outras duas inscrições, em Gao e Bentyia, também sem data, e que se distinguem por uma reverência especial para com a pessoa do profeta Muhammad, figura de novo o qualificativo “Ghazâlî”, como se uma linhagem (esta é a opinião do autor) ou uma rede de mestres e discípulos se identificassem por referência a esse nome emblemático. Sabemos que santos sufis devem ter circulado através do Saara no século XV, período no qual as relações intelectuais com o Egito já estão bem demonstradas. Porém, o tempo das confrarias sufis não tinha ainda chegado.

Outras peças úteis vêm se acrescentar ao dossiê sobre a islamização na região. Algumas estelas se apresentam como verdadeiras lições sobre os fundamentos do Islã, com citações corânicas como reforço. A referência a cinquenta versículos distintos atesta a difusão e o conhecimento do Livro, de um modo até agora insuspeitado.

Estes novos muçulmanos, voltados para os valores do mundo árabe, se reconhecem também em personagens da história sagrada. Numa inscrição de Bentyia, talvez datada do último terço do século XIII, encontra-se uma profissão de fé ao sunismo, sob a forma de uma homenagem aos quatro primeiros califas. Todavia, aparecem dois dentre eles, de maneira original, como nomes adotados por uma di-

nastia local. Em Saney, as personagens reais do início do século XII são nomeadas sucessivamente Malik Abû Abd Allâh Muhammad b. Zâghay — ou seja, o mesmo nome do Profeta, acrescentado de um nome africano —, Malik Abu Bakr ibn Abi Quhâfa — nome do primeiro califa — e Malik Yâmâ b. K. mâ b. Zâghay, “conhecido como ‘Umar b. al-Khattâb” — nome do segundo califa, aqui justaposto a um nome africano. Estas proclamações de sunismo não deixam de ser interessantes numa área que fora percorrida pelos ibaditas, pioneiros do comércio saariano, nos séculos VIII e IX.

Pode ser registrada também a menção a vários *faqîh*-s, juristas, em Saney, Es-Souk e Junhan (século XI), a um *khatîb*, aquele que pronuncia na mesquita o sermão da sexta-feira, em Bentyia (século XV), e ainda a menção de “peregrinos” (*al-Hâjj*), em quatro inscrições de Bentyia, datadas entre os séculos XI e XIII. Qualquer que seja a interpretação adotada para o qualificativo *hâjj*, a referência a um dos cinco “pilares” do Islã é significativa. Ela vem acompanhada, em Tâdmakka (palavra que significa precisamente “aquela que se assemelha a Meca”, na língua tuaregue), de uma alusão a Meca, remontando provavelmente ao século XI: discurso de orgulho local que proclama — sobre um penhasco, à vista dos viajantes de passagem —

um vínculo privilegiado com a Cidade Santa. Nesse mesmo lugar se encontra ainda o túmulo de um *shahîd* (mártir da fé), morto em 639 AH/1242 AD. Eis, portanto, um belo conjunto de indícios sobre o acolhimento do Islã e da escrita na região. Sobre esta excepcionalidade epigráfica — não se encontra nenhuma inscrição medieval na Mauritânia ou em Tombuctu —, o autor formula uma hipótese instigante: sobre o extenso eixo de comunicação constituído pela pista saariana central, o encontro e a confrontação da escrita árabe com a escrita *tifinağh* teria provocado um efeito de interação do qual a epigrafia seria testemunha. Com certeza essa era uma área de contato onde o cruzamento de influências entre o mundo árabe-islâmico e as sociedades tuaregue e de Songhay foi múltiplo e criou uma área cultural específica.

Aquilo que poderíamos chamar de “fase orientalista” — no sentido de constituição de um corpus e da edição de textos como preliminar ao reconhecimento do Outro — foi muito reduzida na África Ocidental saeliana. Na partilha dos saberes, este território extremo do mundo muçulmano caiu sob o magistério da etnologia. Do lado francófono, Houdas é o melhor representante deste orientalismo que não foi para a frente. No caso da África Ocidental saeliana, a “fase orientalista” não aparece em massa no ponto de parti-

da da constituição dos saberes modernos, mas vem muito depois, após o desenvolvimento da ciência colonial, da Etnologia e da História. Trabalhos novos, fundamentados em textos surgem num momento paradoxal, que corresponde a uma revisão crítica e a uma reflexão sobre a formação dos saberes africanistas. É precisamente no momento em que a “invenção da África” é questionada e em que o “orientalismo” tem recebido severos ataques, que um trabalho erudito de coleta e análise textual aplicado à história desta região fornece suas mais frutíferas realizações e gera esse efeito de tardia atualização. O livro de Paulo Fernando de Moraes Farias, após alguns outros, é a mais recente manifestação disso. Os humildes traços funerários, negligenciados no passado, hoje fascinam o historiador. Aliás, estas novas fontes são descobertas no momento justo, no tempo de uma “micro-histó-

ria” mais atenta aos fatos de “mentalidade” do que às construções monárquicas. A velha saga dinástica pode agora ceder espaço a uma história das elites locais que inscreveram na pedra os nomes, as crenças, as genealogias e os títulos de seus ascendentes, homens e mulheres, e transmitiram uma memória social fundamentada em representações do tempo, posições nas linhagens, honras e funções, e na adoção de uma nova religião. Destacamos o efeito de enenação pelo qual os vivos afirmam sua distinção social nos cemitérios, conservando, à vista de todo mundo, a memória dos seus mortos, numa língua sagrada, desconhecida mas escrita, com um calendário vindo de fora. Isto mostra até que ponto o comércio de longa distância fecundou nessa região novos usos que assumiram a forma, desde o século XI, de uma mutação das mentalidades e dos sistemas de pensamento.

*Jean-Louis Triaud,*  
Professor da Universidade  
de Aix-en-Provence, França.